

**REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS
DA MATA ATLÂNTICA
3ª ASEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

09 JAN 2001

MICROFILMAGEM

20625

Aos 26 dias do mês de maio de 2000, durante a VI Reunião Nacional da Rede de Organizações Não-Governamentais da Mata Atlântica, denominada Rede, em Campo grande – MS, deu-se início à 3ª Assembléia Geral Ordinária da Rede, às 14:30 horas, reunindo 35 (trinta e cinco) entidades filiadas a este coletivo e mais 11 (onze) entidades que estavam aguardando aprovação de filiação nesta Assembléia, que teve como pauta:

1. Apresentação, discussão e aprovação do relatório de atividades da Rede;
2. Apresentação, discussão e aprovação do relatório financeiro da Rede;
3. Apresentação dos resultados dos encontros regionais;
4. Avaliação da atuação da Rede;
5. Formas e estrutura de funcionamento da Rede;
6. Coordenação e vice-coordenação;
7. Representantes da Rede em comissões e órgãos colegiados;
8. Aprovação de novas filiações de entidades à Rede.

Maria das Dores Melo (SNE-PE) assumiu a coordenação das Assembléias e Marcelo Cardoso (Vitae Civilis-SP) a Relatoria. Renato Cunha (GAMBÁ – BA) deu início ao primeiro ponto da pauta, apresentando o relatório de atividades da Rede referente ao período de novembro de 1998 a maio de 2000, abordando: as atuações da Rede de ONG's da Mata Atlântica no PPG7; no subprograma Mata Atlântica no que se refere aos Corredores Ecológicos; no PDA; atuação com relação ao PL 285/99, sobre a Lei Mata Atlântica; atuação no SNUC; acompanhamento dos desdobramentos da Lei de Crimes Ambientais; atuação no Fórum das ONG's e Movimentos Sociais; atuação com relação à Mata Atlântica do extremo sul da Bahia; atuação na Câmara Técnica do CONAMA; campanha Desmatamento Zero; realização dos encontros regionais; acompanhamento dos desdobramentos do Código Florestal e outras atividades. A seguir, deu-se a aprovação do relatório de atividades, ressaltando-se, na oportunidade, que o envio do relatório tem de ser feito com antecedência em relação à Assembléia. Na seqüência, Renato apresentou, também, o relatório financeiro da Rede, detalhando a receita e as despesas realizadas de maio/96 a abril de 2000. A pedido de Carlos Alberto (ESB-BA), esclareceu que há alguns outros projetos institucionais para a Rede além do que é financiado pelo PPG-7 e que, dependendo das decisões tiradas a partir da presente assembléia, seriam apresentados projetos diretamente ao BIRD, no valor de U\$160 mil, com duração de três (3) anos. Por fim, aprovou-se o Relatório Financeiro. Miriam Prochnow (Rede-Brasília) deu início ao terceiro ponto da pauta, relatando as discussões do encontro regional das filiadas na Região Sul e apresentando as dificuldades que as instituições estão encontrando para acessar o FNMA, uma vez que seus editais não são voltados para atender as demandas da sociedade civil. Na região Sudeste foram feitos encontros estaduais. Mário Mantovani (SOS Mata Atlântica – SP) ressaltou as dificuldades para mobilizar as ONG's de seu estado, apesar dos contínuos esforços para dar andamento aos trabalhos da região Sudeste. Pedro Aranha (Os Verdes – RJ) informou fatos e demais atividades ocorridas no Rio de Janeiro. João Motta (APTA-ES) manifestou sua

REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA
CNPJ: 01721-361/0001-90
07/08 - (Av. W3 Sul)
225-6602 - Brasília-DF
FILM ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
000041333
22/09/2003

7.º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL
EOLHA Nº

09 JAN 2001

Dr. José Antonio Michalini
Oficial

00041333
22/09/2003

insatisfação ao desamparo nas atividades no Espírito Santo; e Gisela Hermann (Fundação Biodiversitas – MG) também apontou grandes dificuldades e desamparo da Rede em Minas Gerais. Luís de Lima (SASOP-BA) informou sobre o encontro do Nordeste, quando foram identificados vários pontos que devem ser trabalhados pela Rede, como a criação de um regimento interno e mudanças do estatuto. Depois de concluídos os informes regionais, Rubens Born (Vitae Civilis – SP) expôs alguns eixos que deveriam nortear a avaliação da atuação da Rede, quais sejam: 1) sua missão e objetivo (intercâmbio de informações e mobilização social); 2) seu modelo funcional (coordenação e assembleia geral); e 3) sua operacionalidade (através de comunicação entre ONG's e destas com o governo e a sociedade, da participação em fóruns e do reconhecimento dessa participação como representação legítima). Rubens ressaltou que a Rede deveria tentar melhorar suas ações locais, que têm sido relevadas em função das questões nacionais, além de tentar, também, ampliar a capilaridade, uma vez que falta o retorno as entidades filiadas, apesar dos meios de comunicação (boletins e comunicação eletrônica) estarem sendo bem aproveitados. Maria das Dores Melo (SNE-PE) colocou que a Rede ainda não deu o salto de qualidade que poderia, mas que a estratégia para realizar sua missão sempre foi reavaliada e redefinida. Observou que a modificação da estrutura para aumentar a participatividade das filiadas constituía um consenso, mesmo que a forma para fazê-lo ainda fosse motivo de debate. Capobianco apresentou, então, uma proposta de funcionamento da Rede que seria gerida por uma coordenação nacional composta de 2 (dois) titulares e 1 (um) suplente por região, com reuniões trimestrais. A coordenação seria auxiliada por uma coordenação ampliada, composta por 1 (um) representante a cada 10 (dez) entidades filiadas de cada estado (atualmente, com total de 28 (vinte e oito) representantes), reunindo-se semestralmente. A administração ficaria a cargo de um único escritório localizado em Brasília, que desempenharia as tarefas de articulação nacional, cadastramento, produção de informativos, organização dos encontros e captação de recursos. A articulação regional ficaria a cargo de 1 (uma) entidade por cada estado com, pelo menos, 5 (cinco) entidades filiadas, que receberia apoio financeiro para a articulação estadual; filiação de novas entidades; realização de, pelo menos, 1 (um) encontro anual; produção de informações para os boletins e organização da participação no encontro nacional. Em seguida, Rubens Born apresentou uma outra proposta de funcionamento, que mantinha a coordenação nacional da proposta de Capobianco mas instituíria 7 (sete) coordenações regionais, 1 (uma) a cada 20 (vinte) entidades filiadas. Nessa segunda proposta, manter-se-iam dois escritórios, 1 (um) em Brasília (responsável pelas questões exclusivamente políticas) e outro funcionando como Secretaria Executiva em uma das coordenações regionais, que poderiam se revezar para essa função a cada mandato. Rubens observou, ainda, que a proposta apresentada por Capobianco seria mais participativa, mas também mais dispendiosa. Antes que se procedesse à votação dos modelos propostos, algumas entidades que pediram filiação à Rede presentes na Assembléia pleitearam que fossem analisados os pedidos de filiação para que pudessem participar da escolha do modelo de funcionamento da Rede. Renato Cunha (GAMBÁ-BA) fez a apresentação das

FTICUL ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB
10 NOME
000041333
22/09/2003

entidades que pediram filiação desde a reunião de Porto Seguro mas, nesse momento, aprovou-se apenas a filiação daquelas que estavam presente: CEPEMA (CE), Os Verdes (RJ), Núcleo Ecológico de Pipa (RN), SODERMA (SP), Grupo Pau Campeche (SC), Instituto Acá Expedições (MS), Instituto Ambiental de Estudos e Assessoria (CE), Instituto Ambiental Vidágua (SP) e Projeto Curicaca (RS). Todas foram aprovadas por unanimidade, retornando-se então o debate anterior. Estes giraram em torno da existência de um ou dois escritórios e de suas funções, da constituição de uma coordenação ampliada ou de coordenações regionais, e da viabilidade financeira das propostas apresentadas. Ficou decidido que a coordenação deveria reunir-se depois de suspensos os trabalhos nesse dia, para buscar consenso entre os modelos discutidos. Uma vez que a coordenação não conseguiu entrar em consenso e formular uma proposta única, a plenária retomou as discussões no dia seguinte (27/05) pela manhã, lembrando as propostas e discussões do dia anterior e, posteriormente, reunindo-se em grupos por regiões. Os grupos deveriam discutir o modelo funcional, organizacional e operacional da Rede, seus escritórios de apoio, prioridades e diretrizes para o período 2000-2001 e escolher dois titulares e um suplente para compor a coordenação, com renovação de, no máximo, 50%. As deliberações dos grupos terminaram às 11:45 horas, quando José Augusto Tosato (CEPEDES-BA) assumiu a coordenação da mesa e chamou porta-vozes das três regiões para relatar as resoluções de cada grupo. O grupo da Região Nordeste decidiu por reforçar o escritório de Brasília, contratando um novo funcionário, mas sem acréscimo de novas funções; por manter um escritório regional com funções executivas em uma das entidades da coordenação, com tarefas mais enxutas; por promover o fortalecimento das interrelações entre as entidades; por manter três representantes por região, abolindo a classificação em titular ou suplente; pela eleição dos representantes da Rede em instâncias diversas na Assembléia Geral, sugerindo renovação de nomes: e indicou (Gambá (BA), SNE (PE) e Instituto Ambiental (CE) para compor a coordenação. O grupo do sudeste decidiu que a filiação de novas entidades deve se dar por estado, através de entidades identificadas como "nós" ou "pontos focais" que fazem parte da coordenação regional; que na coordenação regional haveria uma vaga para uma entidade a cada vinte (20) entidades filiadas, além das entidades "nó"; que a coordenação nacional deve ser eleita pela Assembléia Geral custeada pela Rede; que a coordenação nacional deveria ter 50% de seus membros renovados a cada eleição; sugeriu fazer a eleição por cartas/cédulas e indicou SOS Mata Atlântica (SP), Os Verdes (RJ) e AMDA (MG) para compor a coordenação. O grupo da região Sul decidiu que deveria haver um escritório único em Brasília; que a coordenação nacional poderia delegar ações operacionais para "pontos" focais estaduais e que estes deveriam ser fortalecidos; que a coordenação nacional deveria ter 50% de seus membros renovados em cada eleição e indicou Apremavi (SC); ASSECAM (RS) como titulares e Conservation International (MS) em rodízio com ECOA (MS) como suplente. A forma de análise e adoção das propostas foi votada, resultando em 19 (dezenove) votos a favor da análise por blocos, 15 (quinze) por itens e duas abstenções (vitae Civilis-SP e Biodiversitas-SP). Assim, concedeu-se mais três minutos para que Capobianco (ISA-SP) rerepresentasse sua

7.º SETIMO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL
FOLHA Nº 1104

3/5

09 JAN 2001

Dr. José Antonio Michalut
Oficial

22/09/2003

proposta (proposta 1) e Carlos Alberto (ESB-BA) apresentasse a proposta (proposta 2) formulada pelo grupo do Nordeste. Feita a votação, a proposta teve 16 votos contra 15 para a proposta 1 e uma abstenção. As indicações dos grupos regionais para compor a coordenação foram acatadas e, dessa forma, as entidades GAMBÁ – Grupo Ambientalista da Bahia (BAS), SNE – Sociedade Nordestina de Ecologia (PE) e Instituto Ambiental de Estudos e Assessoria (CE) representando a região Nordeste; SOS Mata Atlântica (SP), Os Verdes – Movimento de Ecologia Social (RJ) e AMDA – Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (MG), representando a região Sudeste; APREMAVI – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Itajaí (SC), ASSECAM – Associação Ecológica Canela Planalto das Araucárias (RS), tendo como suplentes as entidades Conservation International (MS), em rodízio com ECOA – Ação e Ecologia (MS), representando a região Sul; assumem a Coordenação da Rede de ONG's da Mata Atlântica para o biênio 2000-2001. Dando prosseguimento à pauta, a indicação dos representantes da Rede nos diversos conselhos deveria ser referendada pela Assembléia Geral. A indicação para os cargos de Coordenador e Vice-Coordenador foi feita pela coordenação, que elegeu Renato Pegas Paes da Cunha (GAMBÁ-BA) como Coordenador e Maria Dalce Ricas (AMDA-MG) como Vice-Coordenadora. Foram aclamados como representantes da Rede na Comissão Executiva do PD/A, Rodrigo Agostinho (Instituto Vidágua – SP) e HATHIA Vasconcelos (Núcleo Amigos da Terra – RS) como titulares e Daniela Nart (Centro Vianei – SC) como suplente. Foram aclamados como representantes no Grupo de Trabalho da Mata Atlântica e no NAPMA – Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica João Paulo Capobianco (ISA-SP) e Mari das Dores Melo (SNE-PE) como titulares e José Augusto Tosato (CEPEDES-BA) e Gisela Hermann (Biodiversitas-MG) como suplentes. A Coordenação nacional ficou de avaliar a validade e importância da Rede participar do CNPT/IBAMA. A indicação dos representantes da Rede na CCB – Comissão de Coordenação Brasileira do PPG7 seria feita no final de 2000, quando se encerramos mandatos de Renato Cunha (GAMBÁ-BA) e Maria das Dores Melo (SNE-PE), sendo que Pedro Aranha (Os Verdes-RJ) colocou sua candidatura. Como não há prazo instituído para o mandato dos representantes na CCC-PPG7 – Comissão e Coordenação Conjunta do PPG7, optou-se por manter os representantes atuais. Partiu-se, então, para o último ponto da pauta, a aprovação das novas filiações. Renato Cunha (GAMBÁ-BA), apresentou as entidades que encaminharam pedido de filiação à secretaria Executiva, sendo aprovadas: Colônia de Pescadores Z-8 “Miriam Lima” (AL); CODEVAJI – Comissão de defesa do Meio Ambiente do Vale do Jequiriça (BA); APPA – Associação Pradense de Proteção Ambiental (BA); GRAMA – Grupo de Resistência Ag. Ambientais (BA); grupo de Ambientalistas Ecoterra (BA); Grupo Ecológico Copioba (BA); ECODRAMAS – Instituto de Ecosustentação Cultural (BA); Instituto Ambiental de Estudos e Assessorias (CA); AMAJF – Associação pelo Meio Ambiente de Juiz de Fora (MG); FUCONAMS – Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (MS); Instituto Acá Expedições (MS); ECOS (PE); ECOTEC – Sociedade para o Desenvolvimento Técnico Ecológico (PE); FUNCERRADO – Fundação de Defesa Ecológica do Cerrado (PI); Movimento SOS Natureza de Luiz Correia (PI); Fundação O

4/5

7.ª SEÇÃO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE PESSOA JURÍDICA DE CAPITAL

005

09 JAN 2001

Dr. José Antonio Michaluart
Oficial

